

PATERNIANI, Stella. 2016. *Morar e viver na luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo*. São Paulo: Annablume. 168 pp.

Gustavo Belisário
Doutorando no PPGAS/Unicamp
pp.belisario@gmail.com

Fruto da dissertação de mestrado de Stella Paterniani, *Morar e viver na luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo* traz uma fascinante contribuição teórica. A autora tece com delicadeza seu argumento no sentido de mostrar a imbricação entre vida e política em uma ocupação no centro de São Paulo. Ao fazer uma “etnografia de uma experiência”, Paterniani vincula sua vivência na ocupação Mauá com as fabulações de pessoas que dormem, acordam, se reúnem, cuidam dos filhos e comem enquanto ocupam um prédio e reivindicam moradia, ou seja, ao mesmo tempo moram e vivem na luta.

A Mauá é uma ocupação de um prédio abandonado no centro de São Paulo, perto da estação de metrô da Luz. Foi iniciada a partir de uma articulação entre os movimentos Associação dos Sem-Teto do Centro (ASTC/SP), Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), Movimento dos Sem-Teto do Centro (MTSC) e Frente de Luta por Moradia (FLM). Nela viviam, à época da pesquisa, 237 famílias, com cerca de 180 crianças. A autora diz que ali reside uma maioria feminina, negra, muitas vezes de origem nordestina. A ocupação Mauá é parte de um amplo processo de lutas por moradia e outras ocupações no centro de São Paulo. Com as mudanças geográficas do centro econômico ao longo da história de São Paulo, a região do centro foi sendo abandonada. Durante as prefeituras petistas – em especial na gestão Erundina (1989-1993) –, o centro da cidade foi ocupado por uma constelação de movimentos de moradia, e alguns destes prédios se tornaram habitações de famílias sem-teto – “povo pobre e trabalhador”, nas palavras do Nelson, liderança de Mauá.

O livro é dividido em três partes, além da apresentação e das considerações finais. A autora faz um apanhado histórico do centro da cidade de São Paulo na “Contextualização – ocupando a cidade”. Em seguida, o Capítulo 1, “Somos uma só”, narra o cotidiano da ocupação com suas assembleias, as atividades de formação e a entrada da autora em campo. Em seguida, o Capítulo 2, “Quem não luta tá morto”, traz o principal argumento do livro: a imbricação entre vida e política nas ocupações. Vejamos cada um desses capítulos com mais vagar.

A contextualização desses movimentos, traçada no primeiro capítulo, retoma a história do centro de São Paulo desde o final do século XIX. De forma sintética, em poucas páginas, o leitor visualiza as chácaras e os espaços privados de propriedade dos barões do século XIX darem lugar ao surgimento das praças, dos parques e dos bairros. Nos anos pós-abolição, a forte demanda por habitação popular impulsionou a construção de cortiços e a rápida urbanização do centro de São Paulo. A presença dos cortiços e das habitações precárias no centro foi vista como um problema social pelas gestões da prefeitura desde essa época, tendo sido proposta a remoção destas casas para a construção de vilas operárias, viadutos e avenidas. Nas décadas de 80 e 90, a luta por habitações populares no centro ganhou uma nova linguagem. A partir de uma noção de cidadania e “direito a ter direitos”, os movimentos de moradia se atualizam em seus discursos, suas relações com a prefeitura e seu repertório de ação.

Depois de trazer esse panorama histórico de transformações e lutas no centro, Paterniani nos faz adentrar com ela na ocupação, dando a dimensão e o significado cotidiano da luta. A autora nos apresenta, com fotos, a imagem do pátio interno do prédio, de onde se veem as crianças jogando futebol e as roupas estendidas nas janelas. Em seu texto, ela intercala as assembleias e formações políticas com os problemas muito concretos do dia a dia, como o mau contato da televisão e o crescimento da horta comunitária.

É também neste primeiro capítulo, “Somos todos um”, que a questão da vida na ocupação é mais tematizada no livro. O cuidado das crianças, por exemplo, é compartilhado por quem passa pelas brincadeiras no pátio. Na ocupação da Mauá, rompe-se com a noção de restringir o cuidado ao âmbito familiar e doméstico. As práticas, por exemplo, de fazer escalas de limpeza nos banheiros ou de olhar as crianças de outras famílias que brincam no pátio são exemplos desse intenso compartilhamento de intimidades do espaço doméstico. A inexistência de fronteiras entre os espaços de assembleia, de formação política, de cuidado das crianças e das fraldas sujas remonta a uma domesticidade que pode instantaneamente se construir e desintegrar em um espaço, simultaneamente, privado e público.

Ainda no primeiro capítulo, Paterniani descreve as lideranças como pontos de referência da ocupação. A imagem de Nelson, por exemplo, é fundada em uma preocupação constante com as pessoas, com os espaços comuns, com a continuidade do movimento, com a paisagem do centro de São Paulo. Nelson acolhe novas famílias nas reuniões do movimento, acalenta outras que chegam chorando, faz formações sobre os direitos dos trabalhadores etc. Em uma fala

emblemática, explica como o trabalho do cuidado se articula com a luta política de reivindicação de moradia, nas palavras de Paterniani:

a sobrevivência do povo pobre e trabalhador: também isso é política. “Amanhecer o dia de amanhã já é política”, diz-me Nelson, em conversa particular depois de uma reunião. Quando perguntei para ele se mãe solteira fazia política, ele disse que sim. E associou política à luta: lutar – e a luta é para sobreviver – é fazer política. Lutar é também limpar e organizar o prédio da Mauá, é viver o dia a dia (:89).

A fala de Nelson é emblemática, pois alça a vida na ocupação – a limpeza dos banheiros, o cuidado das crianças – a um patamar de disputa política pelo prédio. Viver na ocupação é o que dá sentido à luta política, porque, ao mesmo tempo que resiste a um projeto de higienização do centro, reivindica moradia e prefigura a forma como os ocupantes querem viver. Disputar o sentido do espaço, preenchendo o prédio abandonado de vida, é fundamental para continuar com a luta política. Sobreviver tem um papel político.

Essa vinculação entre vida e política é a deixa para o capítulo 2 – “Quem não luta tá morto” – que narra a ameaça de despejo da ocupação por meio de uma reintegração de posse. Não só a reivindicação por uma casa é ameaçada pelos trâmites jurídicos do Estado, mas a dinâmica da vida. O Estado é descrito como um ente heterogêneo, que tem um poder sobre a vida e sobre a morte das pessoas da ocupação Mauá. A dinâmica da vida é a antinomia da possibilidade da reintegração de posse. Por isso, Nelson disse, em assembleia, que o juiz tem em mãos uma “caneta assassina” (:107). E ainda explicou à autora que “o despejo, para aquelas famílias, é equivalente a uma sentença de morte: estarão na rua, seus filhos não conseguirão ir à escola, poderão passar fome e frio, os idosos ficarão desamparados” (:107).

A ação do Estado para o despejo das famílias é retratada como o avesso da vida na ocupação. A reintegração de posse outorgada por uma “caneta assassina” é o que dá fim ao morar e viver cotidianamente compartilhado por mulheres, homens, crianças e idosos na Mauá. Assim, o Estado é a morte: a contraparte da vida na ocupação.

Com o debate sobre a imbricação entre vida, morte e política, Paterniani contribui para uma visão mais alargada das ocupações e dos movimentos sociais sem autonomizar os processos políticos do urbanismo, do racismo, do cuidado, da infância, do cotidiano. Essa contribuição permitiria inclusive tirar mais reflexões sobre raça e modos de vida discutidos na contextualização sobre o centro da cidade de São Paulo.

Viver e morar na luta descreve de forma sensível e atenta as pessoas que arriscam a vida para ocupar a política e a cidade, trazendo uma contribuição potente para outras pesquisas. É recomendado para todos que tenham interesse em movimentos sociais, antropologia urbana e antropologia do Estado, e é leitura inescapável para as pesquisas com movimentos de moradia ou sobre o centro de São Paulo.